

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Prefácio

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
PROCEDIMENTO, SANÇÕES
E APLICAÇÃO RACIONAL

Belo Horizonte



2017

© 2017 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

A524i Amorim Junior, Silvio Roberto Oliveira de

Improbidade administrativa: procedimento, sanções e aplicação racional/ Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

151 p.

ISBN: 978-85-450-0217-8

1. Direito público. 2. Teoria do Direito. 3. Direito constitucional. I. Título.

CDD 341

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AMORIM JUNIOR, Silvio Roberto Oliveira de. *Improbidade administrativa: procedimento, sanções e aplicação racional*. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 151 p. ISBN 978-85-450-0217-8

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Rodrigo Janot Monteiro de Barros.....	13
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 2	
A RENOVADA VISÃO AXIOLÓGICA DO DIREITO NA PÓS-MODERNIDADE.....	17
2.1 Considerações iniciais.....	18
2.2 Direito e Moral.....	20
2.3 Moral e Valores: necessária racionalização.....	24
2.4 Modernidade, Segunda Modernidade e dever de racionalidade das decisões judiciais.....	29
2.5 Racionalidade das decisões jurisdicionais.....	34
2.6 A Constituição: da folha de papel à força normativa.....	38
2.6.1 A folha de papel.....	39
2.6.2 A força normativa.....	41
2.7 Da constituição pura à constituição aberta.....	43
2.7.1 A constituição pura.....	44
2.7.2 A constituição aberta.....	45
2.8 A constituição pós-positivista.....	47
2.8.1 O Caso Lüth.....	49
2.8.2 O pós-positivismo.....	51
CAPÍTULO 3	
A LEI DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, A PROPORCIONALIDADE E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	55
3.1 Considerações iniciais.....	55
3.2 A Lei da Improbidade Administrativa.....	56
3.2.1 Reminiscências históricas.....	56
3.2.2 A Constituição, a Lei nº 8.429/1992 e o Princípio Republicano.....	58
3.2.3 A natureza jurídica da ação de improbidade administrativa.....	61
3.2.4 As disposições normativas da Lei nº 8.429/1992.....	64
3.3 As espécies dos atos de improbidade administrativa.....	66
3.4 Princípios constitucionais e sopeso na Lei da Improbidade Administrativa.....	68
3.5 A Proporcionalidade.....	72
3.5.1 Características constituintes da proporcionalidade.....	73
3.5.2 A proporcionalidade e a Lei da Improbidade Administrativa.....	74
3.6 A Proporcionalidade e o Supremo Tribunal Federal: crítica necessária.....	78

3.6.1	Racionalidade principiológica e o Supremo Tribunal Federal	78
3.6.2	Análise e aplicação, pelo Supremo Tribunal Federal, da proporcionalidade no âmbito da prática de atos que caracterizam improbidade administrativa	83
CAPÍTULO 4.....		91
CONTRIBUIÇÕES PARA PROCEDIMENTO DELIMITADOR DA EFETIVA EXISTÊNCIA DE ATOS ÍMPROBOS E PARA RACIONALIDADE NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONTIDAS NA LEI Nº 8.429/1992.....		91
4.1	Considerações iniciais.....	91
4.2	Juízo de improbidade e juízo de dosimetria das sanções descritas na Lei nº 8.429/1992: julgamento paradigmático do Superior Tribunal de Justiça.....	92
4.3	Primeira contribuição: observância de procedimento que indique a efetiva prática de ato de improbidade administrativa.....	95
4.3.1	Conceito do ato de improbidade administrativa.....	96
4.3.2	O(s) sujeito(s) ativo(s) do ato de improbidade administrativa e a necessidade de individualização de condutas	97
4.3.3	O(s) sujeito(s) passivo(s) do ato de improbidade administrativa e a necessidade de individualização do(s) lesado(s).....	101
4.3.4	A caracterização do ato como formalmente ímprobo.....	103
4.3.5	A caracterização do ato como materialmente ímprobo.....	106
4.3.6	A relação de causalidade no ato de improbidade administrativa.....	111
4.4	Segunda contribuição: parametrização das sanções fixadas pela Lei nº 8.429/1992, a partir de análise circunstanciada de seu respectivo art. 12... ..	112
4.4.1	O primeiro parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	113
4.4.2	O segundo parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992.....	115
4.4.3	O terceiro parâmetro do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	116
4.4.4	A reunião dos parâmetros do art. 12, da Lei nº 8.429/1992	118
4.5	Terceira contribuição: uso de outros critérios normativos na aplicação racional das sanções de atos ímprobos	119
4.5.1	A potencialidade lesiva do ato ímprobo no meio social.....	121
4.5.2	A aplicação da Lei nº 8.112/1990	125
4.5.3	A aplicação da Lei nº 12.846/2013	127
4.5.4	A aplicação da pena-base e das circunstâncias agravantes e atenuantes do Código Penal	129
CAPÍTULO 5.....		135
CONCLUSÕES		135
REFERÊNCIAS.....		139
ANEXOS		147